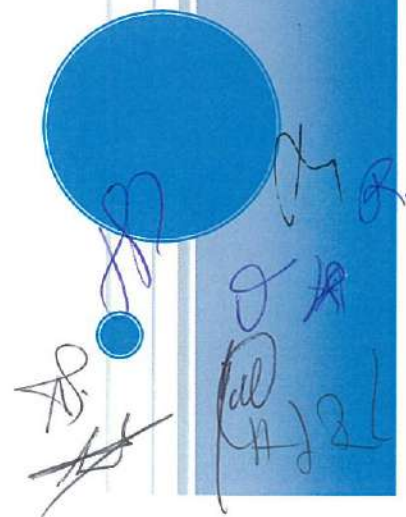


DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO
DE CONTAS 2018



RELATÓRIO DE GESTÃO



Handwritten signatures and a blue circular stamp are present in the bottom right corner of the page.



ÍNDICE

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE	3
II. RELATÓRIO DE GESTÃO	4
1. INTRODUÇÃO	4
2. ANÁLISE ORÇAMENTAL	5
3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	21
4. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	23
5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO	24
III. MapadoControlo Orçamental da Receita	25
IV. Mapa do Controlo Orçamental da Despesa	25
V. Execução Anual do plano plurianual de investimentos	25
VI. Mapa dos Fluxos de Caixa	25
VII. Mapa das Operações de Tesouraria	25
VIII. Balanço e Demonstração de Resultados	25
IX - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	26
CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE	26
NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	29
NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPETIVA EXECUÇÃO	39
X. MAPA DE BENS DO MUNICÍPIO	39
XI. DECLARAÇÕES DO ARTIGO 15º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO	40
XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

I. MENSAGEM DO PRESIDENTE

Apresenta-se o Relatório de Gestão do exercício económico de 2018, elaborado nos termos do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, cumprindo o determinado no ponto 13 do POCAL (Plano Oficial de Contabilidade Local), cuja finalidade é a evidência da situação económica e financeira relativa ao exercício, espelhando a eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pelo Município de Amarante e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

Este Relatório evidencia os resultados da execução do Orçamento e das Grandes Opções do Plano, nomeadamente do Plano Plurianual de Investimentos, e concretiza, ainda, as alterações patrimoniais e os resultados económicos atingidos.

No que respeita a resultados, sejam orçamentais ou patrimoniais, os documentos de prestação de contas demonstram que o exercício económico de 2018 foi francamente positivo.

Os documentos de prestação de contas de 2018, traduzem a execução orçamental e patrimonial do Município e demonstram o cumprimento dos limites legais aplicáveis, nomeadamente em matéria de Endividamento Total, do Equilíbrio Orçamental e da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso.

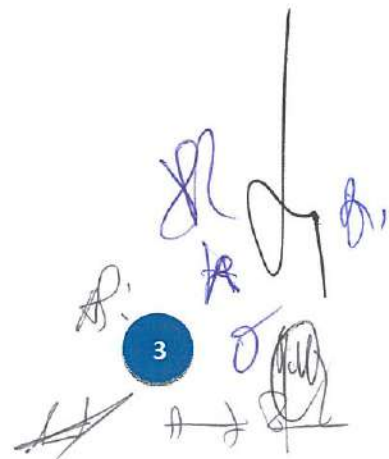
O conteúdo do presente documento e dos restantes documentos de prestação, demonstram, também, a nossa opção por uma gestão rigorosa e ponderada.

Os documentos de prestação de contas, refletem em termos orçamentais e patrimoniais, os resultados da atividade municipal, marcada pelo exercício de uma gestão responsável, transparente e cumpridora.

Paços do Município de Amarante, 15 de abril de 2019.

O Presidente da Câmara,


José Luís Gaspar Jorge


A collection of handwritten signatures and stamps, including a circular stamp with the number 3, indicating the approval of the report by the council members.



II. RELATÓRIO DE GESTÃO

1. INTRODUÇÃO

O relatório que ora se apresenta resulta das disposições constantes do artigo 76º, n.º.1 do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI)¹ e ponto 13 das Considerações Técnicas do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais = POCAL).

Com ele pretende-se fazer uma análise das vertentes orçamental e patrimonial das contas do Município de Amarante relativas ao ano financeiro de 2018 e, bem assim, da sua evolução face aos últimos exercícios económicos.

¹ Aprovada pela Lei n.º.73/2013, de 3 de setembro, revista



2. ANÁLISE ORÇAMENTAL

2.1. Execução das GOP's

Enumeram-se algumas das ações e projetos constantes das Grandes Opções do Plano (GOP's) realizados durante o ano findo:

O Objetivo da Dinamização e Coesão Social absorveu 5% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 689.897 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Subsídio ao arrendamento;
- Fundo Municipal de Emergência Social;
- Centro de Informação Autárquico ao Consumidor (CIAC);
- Clube de férias de Amarante;
- Dinamização da Rede Social;
- Atividades no âmbito da CPCJ.

O Objetivo da Educação absorveu 12% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.674.483 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Transportes escolares;
- Protocolos com atividades parceiras;
- Projetos para edifícios escolares;
- Apoio na aquisição de material escolar a alunos carenciados;
- Educação alimentar/Incentivo ao Consumo de fruta.

O Objetivo da Coesão Territorial absorveu 33% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 4.540.057 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia;
- Arranjos e Reparações em Vias Municipais;
- Apoio às Associações do Município em ações correntes e projetos de investimento.

O Objetivo da Economia, Inovação e Emprego absorveu 2% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 295.670 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:



- Comparticipação em iniciativas de Dinamização do Comércio Tradicional;
- Realização de projetos e iniciativas no âmbito do empreendedorismo;
- Medidas de apoio ao emprego;

O Objetivo do Turismo absorveu 3% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 453.679 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Atividades promocionais e imagem institucional do Município;
- Realização de atividades de dinamização e promoção turísticas;

O Objetivo da Cultura absorveu 13% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.737.011 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Realização do Prémio de Poesia Teixeira de Pascoaes;
- Realização de atividades culturais;
- Apoio às Associações do Município em Atividades Correntes;
- Projeto de Recuperação do Solar dos Magalhães;
- Projeto de Recuperação do Cine-Teatro de Amarante.

O Objetivo da Juventude e Desporto absorveu 8% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.127.968 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Programa de apoio ao Voluntariado Jovem;
- Realização de iniciativas no âmbito da Juventude;
- Ações correntes no âmbito do ensino e apoio das atividades desportivas;
- Apoio às associações do Município em ações correntes;
- Apoio às associações do Município em investimentos;
- Programa Preocupa-te;
- Ampliações e reparações em recintos desportivos;

O Objetivo do Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana absorveu 1% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 179.767 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Conclusão da Revisão do PDM;



- Obra do sistema viário de Vila Meã;
- Elaboração de estudos de Delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU);

O Objetivo do Ambiente absorveu 7% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 962.349 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Construção de abrigo de animais;
- Tratamento dos resíduos sólidos domésticos.

O Objetivo da Segurança e Ordem Públicas absorveu 4% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 490.864 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Participação nas equipas de Intervenção Permanente;
- Participações em ações correntes – Bombeiros;
- Construção, manutenção ou reabilitação de diversos muros e/ou caminhos florestais;

O Objetivo da Governância da Câmara absorveu 11% da despesa efetuada com as GOP's, cifrando-se, em termos de despesa direta, em 1.509.975 euros. Destacam-se as ações/projetos abaixo indicados:

- Aquisição, instalação e manutenção de equipamento informático;
- Realização de estudos e trabalhos de consultadoria;
- Assistência técnica de equipamentos;
- Formação e capacitação da CMA;
- Realização do Capital Social do Fundo de Apoio Municipal.

No ano de 2018, e em termos orçamentais, a execução financeira da receita 85,10% e a execução da despesa foi, em termos financeiros de 82,46% e de 97,17% em termos de lançamento de obras.

Assim, tendo em conta o programa do Executivo para 2018, apesar dos desvios financeiros em termos absolutos, as grandes opções do plano para 2018 foram conseguidas pois constata-se que, em termos relativos, os valores obtidos foram aproximados aos propostos.

Handwritten signatures and a blue circular stamp with the number 7.

Quadro nº.1

Execução Orçamental das GOP's por Objetivos Estratégicos

DESTINO	Montante Previsto	Montante Executado	Execução Financeira %	Peso relativo executado %	Peso relativo previsto %
Dinamização e Coesão Social	1.161.670,00	689.897,14	59,39%	5,05%	5,97%
Educação	1.993.845,00	1.674.483,55	83,98%	12,26%	10,24%
Coesão Territorial	5.134.311,00	4.540.056,99	88,43%	33,23%	26,38%
Economia, Inovação e Emprego	330.429,00	295.670,41	89,48%	2,16%	1,70%
Turismo	867.454,00	453.679,46	52,30%	3,32%	4,46%
Cultura	2.145.063,00	1.737.010,90	80,98%	12,71%	11,02%
Juventude e Desporto	1.396.947,00	1.127.968,26	80,75%	8,26%	7,18%
Ordenamento do Território e Reabilitação Urbana	2.712.918,00	179.767,10	6,63%	1,32%	13,94%
Ambiente	1.284.609,00	962.348,72	74,91%	7,04%	6,60%
Segurança e Ordem Públicas	554.877,00	490.863,50	88,46%	3,59%	2,85%
Governância da Câmara	1.880.146,00	1.509.974,62	80,31%	11,05%	9,66%
TOTAL	19.462.269,00	13.661.720,65	70,20%	100,00%	100,00%

[Handwritten signatures and marks in blue ink]

2.2 Análise orçamental

Analisando globalmente os documentos referentes à contabilidade orçamental, e referidos ao orçamento final, verificamos que no ano 2018, o orçamento registou uma taxa de execução global da receita cobrada bruta de 84,8% e uma taxa de execução global da despesa de 82,4%.

Quadro nº.2
Síntese da Execução Orçamental

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Receita	36.116.725,00	30.718.527,13*	5.398.197,87	85%
Despesa	36.116.725,00	29.782.026,75	6.334.698,25	82%

No campo das receitas verificamos que a sua cobrança foi a descrita no quadro seguinte:

Quadro nº.3
Síntese da Execução Orçamental da Receita Cobrada Bruta

(Un.: euros)

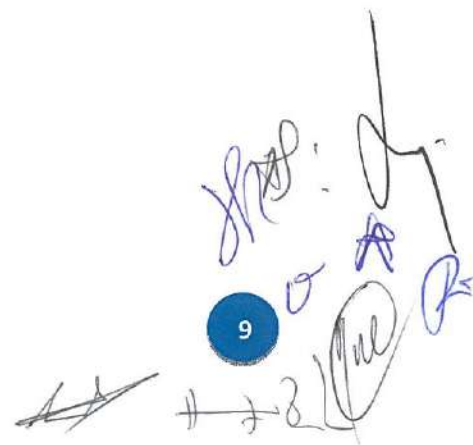
Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	26.406.719,00	25.634.280,30	772.438,70	97%
Capital	8.039.010,00	5.080.743,84	2.958.266,16	63%
Outras Receitas	1.670.996,00	3.502,99	1.667.493,01	0%
Total	36.116.725,00	30.718.527,13	5.398.197,87	85%

Pela análise do quadro constatamos que:

- a arrecadação das receitas correntes foi de 25.634.280 euros, o que corresponde a uma taxa de execução de 97% face ao orçamento atual;
- quanto à arrecadação das receitas de capital, registou-se um montante cobrado 5.080.744 euros, o que representa uma taxa de execução de 63%.

No que respeita aos agregados da despesa verificamos que estes apresentam um desempenho similar ao ocorrido com as receitas:

- as despesas correntes, no montante de 21.760.760 euros, registaram uma taxa de execução de 91%
- as despesas de capital apresentam uma taxa de realização de 65%.



Quadro nº.4
Síntese da Execução Orçamental da Despesa

(Un.: euros)

Designação	Orçada	Executada	Saldo	% Execução
Corrente	23.840.342,00	21.760.759,74	2.079.582,26	91%
Capital	12.276.383,00	8.021.267,01	4.255.115,99	65%
Total	36.116.725,00	29.782.026,75	6.334.698,25	82%

Analisando os movimentos financeiros realizados na gerência de 2018, vemos que as entradas de fundos ascenderam a 34.300.658,37 euros, dos quais 30.718.527,13 euros têm origem em receitas orçamentais e 3.582.131,24 euros são provenientes de Operações de Tesouraria.

Considerando que a despesa global pagou totalizou 33.387.750,00 euros, e a existência de um saldo inicial de 3.621.580,19 euros, o saldo a transitar para a gerência seguinte será no valor de 4.534.488,56 euros.

Quadro n.º 5
Resumo dos Fluxos de Caixa

(Un.: euros)

Designação	Operações Orçamentais	Operações de Tesouraria	Total
Saldo transitado de 2017	2 069 466,20	1 552 113,99	3 621 580,19
Receitas cobradas	30 718 527,13	3 582 131,24	34 300 658,37
Despesas pagas	29 782 026,75	3 605 723,25	33 387 750,00
Saldo a transitar para 2019	3 005 966,58	1 528 521,98	4 534 488,56



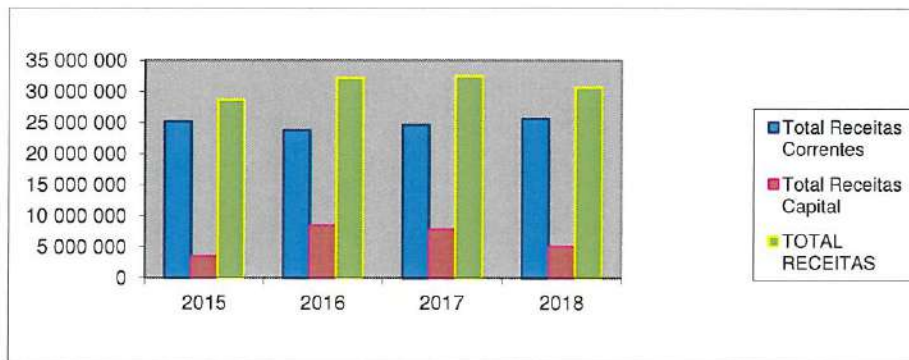
2.2.1 RECEITAS

Quadro n.º 6
Evolução da Receita Cobrada Bruta por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2015		2016		2017		2018	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Impostos Directos	5 598 400	19,5%	5 488 678	17,0%	5 997 620	18,5%	6 718 729	21,9%
02	Impostos Indiretos	212 490	0,7%	134 763	0,4%	74 599	0,2%	97 392	0,3%
04	Taxas Multas Outras Penalidades	548 137	1,9%	335 854	1,0%	440 145	1,4%	355 009	1,2%
05	Rendimentos de Propriedade	1 745 317	6,1%	1 569 753	4,9%	1 518 497	4,7%	1 595 884	5,2%
06	Transferências Correntes	14 797 419	51,6%	14 453 390	44,9%	14 926 704	46,0%	15 107 680	49,2%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1 833 321	6,4%	1 701 707	5,3%	1 630 500	5,0%	1 706 816	5,6%
08	Outras Receitas Correntes	474 755	1,7%	82 575	0,3%	84 228	0,3%	52 769	0,2%
	Total Receitas Correntes	25 209 839	87,9%	23 766 722	73,8%	24 672 293	76,0%	25 634 280	83,4%
09	Venda de Bens de Investimento	7 591	0,0%	3 618	0,0%	620	0,0%	31 298	0,1%
10	Transferências de Capital	2 933 020	10,2%	3 348 144	10,4%	3 290 223	10,1%	1 831 293	6,0%
11	Activos Financeiros	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%
12	Passivos Financeiros	500 000	1,7%	2 355 670	7,3%	3 576 601	11,0%	2 994 698	9,7%
13	Outras Receitas de Capital	13 604	0,0%	2 745 044	8,5%	927 404	2,9%	226 958	0,7%
	Total Receitas Capital	3 454 215	12,1%	8 452 476	26,2%	7 794 848	24,0%	5 084 247	16,6%
	Total das Receitas	28 664 054	100,0%	32 219 198	100,0%	32 467 141	100,0%	30 718 527	100,0%

*Inclui rubricas com os códigos 14 a 19



As receitas totais atingiram o montante de 30.718.527 euros, registando-se uma diminuição de 1.748.614(5%), relativamente ao ano anterior.

As receitas correntes atingiram o montante de 25.634.280 euros contribuindo em larga escala para este valor, os impostos directos, os rendimentos de propriedade, transferências correntes do Orçamento do Estado e pela venda de bens e prestação de serviços. As transferências correntes, no montante de 15.107.680 euros, representaram 59% do total das receitas correntes e respeitam, principalmente, às verbas correntes do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e participação fixa no IRS. Os impostos directos constituíram 26% das receitas correntes e concorrem para este tipo de receita, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) com 4.157.643 euros, o Imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas de Bens (IMT) com 1.342.011 euros e o Imposto Único de Circulação com 1.219.075 euros.

Relativamente ao ano de 2017, constata-se que as receitas correntes tiveram um acréscimo de 961.987 euros (4%), justificado em grande parte pelo aumento verificado nas rubricas de impostos diretos (721.109 euros), dos rendimentos de propriedade (77.387 euros), venda de bens e serviços correntes (76.317 euros), e das transferências correntes (180.976 euros).

As receitas de capital atingiram o montante de 5.084.247 euros, verificando-se um decréscimo relativamente ao ano anterior de 2.710.601 euros. Tal variação foi motivada essencialmente pela diminuição em 1.458.929 euros verificado na rubrica transferências de capital, diminuição registada devido a transferências de verbas de fundos comunitários e nacionais, diminuição em 581.903 euros verificado na rubrica passivos financeiros e pela diminuição em 700.446 euros verificado na rubrica outras receitas de capital derivado em virtude de no ano de 2017 se ter registado a verba referente ao protocolo com a empresa ED - GESTAO DA PRODUCAO DE ENERGIA, SA, referente à comparticipação em projetos de desenvolvimento económico, social e cultural do Município.

As receitas provenientes do Orçamento do Estado representaram 50% do total das receitas, sendo 6% das outras transferências, 35% de receitas próprias e 9% referente a utilização de empréstimos.

Quadro n.º 7
Evolução das Receitas Brutas Próprias

(Un.: euros)

Designação	2015		2016		2017		2018	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Impostos Locais	5 810 891	55,7%	5 623 442	46,6%	6 072 219	56,9%	6 816 121	63,2%
Taxas Multas e Outras Penalidades	548 137	5,3%	335 854	2,8%	440 145	4,1%	355 009	3,3%
Rendim. Propriedades	1 745 317	16,7%	1 569 753	13,0%	1 518 497	14,2%	1 595 884	14,8%
Venda Bens e Prestação de Serviços	1 833 321	17,6%	1 701 707	14,1%	1 630 500	15,3%	1 706 816	15,8%
Outras Receitas Correntes	474 755	4,6%	82 575	0,7%	84 228	0,8%	52 769	0,5%
Venda de Bens de Investimento	7 591	0,1%	3 618	0,0%	620	0,0%	31 298	0,3%
Outras Receitas de Capital	13 604	0,1%	2 745 044	22,8%	924 657	8,7%	223 455	2,1%
Total das Receitas	10 433 615	100,0%	12 061 994	100,0%	10 670 867	100,0%	10 781 354	100,0%

As receitas próprias, no montante de 10.781.354 euros, registaram um acréscimo de 110.487 euros (1%) relativamente ao ano anterior e, representaram 35% do total das receitas. As receitas fiscais² atingiram o montante de 7.171.130 euros, registando um aumento de 658.766 euros relativamente ao ano de 2017.

As receitas próprias de funcionamento³, com o montante de 25.665.578 euros, cresceram 4% face ao ano anterior.

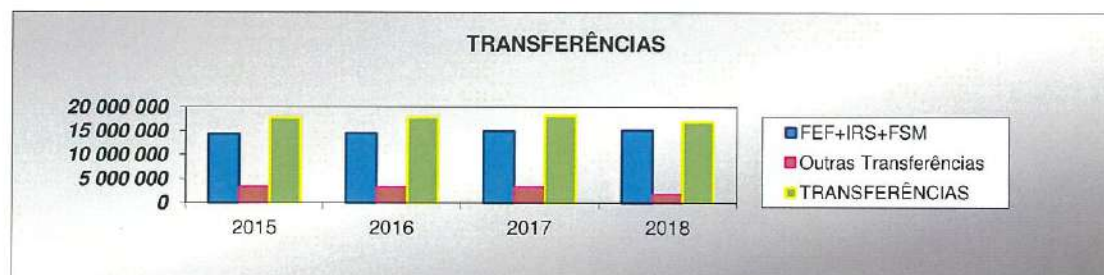
²As receitas fiscais são obtidas pelo somatório das rubricas dos impostos diretos, impostos indiretos e taxas, multas e outras penalidades.

³As receitas próprias de funcionamento são calculadas pelo somatório das receitas correntes com a venda de bens de investimento.

Quadro nº. 8
Evolução das Transferências

(Un.: euros)

Designação	2015		2016		2017		2018	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
FEF+IRS+FSM	14 389 383	81,2%	14 565 973	81,8%	14 985 102	82,3%	15 209 879	89,8%
Outras Transferências	3 341 056	18,8%	3 235 561	18,2%	3 231 825	17,7%	1 729 094	10,2%
Total das Receitas	17 730 439	100,0%	17 801 534	100,0%	18 216 927	100,0%	16 938 973	100,0%



As transferências, com o montante de 16.938.973 euros, decresceram 1.277.954 euros (7%), em relação ao ano anterior, representando as transferências do Orçamento de Estado 90% do seu total.

Em relação às receitas totais, as transferências contribuíram para 55% do seu valor.

Quadro nº.9
Evolução da Utilização de Empréstimos

(Un.: euros)

Designação	2015	2016	2017	2018
Médio e Longo Prazo	500 000	2 355 670	3 576 601	2 994 698
Caixa G. Depósitos	500 000	2 355 670	3 166 135	836 029
Caixa Agrícola	0	0	0	2 158 669
BPI	0	0	410 466	0
Curto Prazo	0	0	0	0
TOTAL	500 000	2 355 670	3 576 601	2 994 698

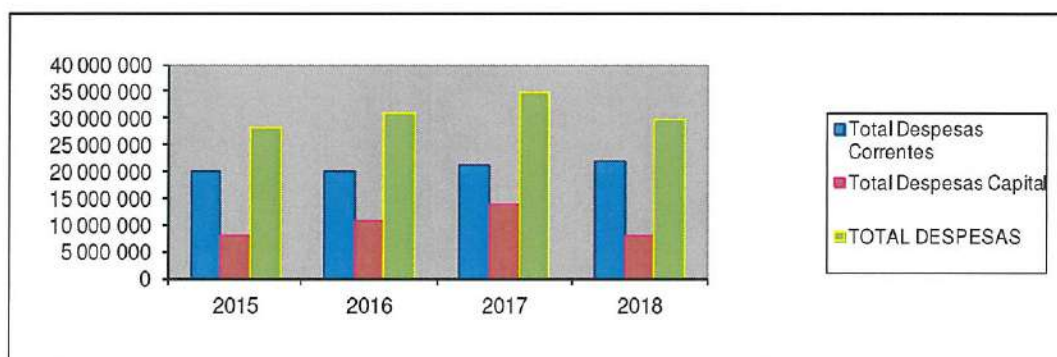
Durante o ano de 2018 e no que se refere à utilização de empréstimos de médio e longos prazos, o Município utilizou o montante de 2.994.698 euros.

2.2.2 DESPESAS

Quadro n.º 10
Evolução da Despesa por Classificação Económica

(Un.: euros)

Cód.	Designação	2015		2016		2017		2018	
		Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
01	Pessoal	8 444 623	30,2%	8 895 266	28,9%	9 794 423	28,1%	9 926 310	33,3%
02	Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 610 164	30,8%	8 279 271	26,9%	8 459 232	24,2%	8 984 445	30,2%
03	Encargos Correntes Dívida	55 746	0,6%	111 710	0,4%	105 790	0,3%	128 321	0,4%
04	Transferências Correntes	2 365 103	8,5%	2 358 860	7,7%	2 163 981	6,2%	1 995 783	6,7%
06	Outras Despesas Correntes	432 647	1,5%	459 338	1,5%	718 972	2,1%	725 901	2,4%
	Total Despesas Correntes	20 008 283	71,5%	20 104 445	65,3%	21 242 398	60,9%	21 760 760	73,1%
07	Aquisição Bens Investimento	4 290 483	15,3%	6 217 337	20,2%	9 730 088	27,9%	4 571 095	15,3%
08	Transferências Capital	1 971 863	7,1%	2 703 259	8,8%	2 483 268	7,1%	1 632 906	5,5%
09	Activos Financeiros	372 888	1,3%	543 947	1,8%	207 888	0,6%	255 919	0,9%
10	Passivos Financeiros	1 264 787	4,5%	1 191 790	3,9%	1 177 722	3,4%	1 546 915	5,2%
11	Outras Despesas de Capital	58 273	0,2%	21 840	0,1%	60 000	0,2%	14 432	0,0%
	Total Despesas Capital	7 958 294	28,5%	10 678 173	34,7%	13 658 965	39,1%	8 021 267	26,9%
	TOTAL DESPESAS	27 966 577	100,0%	30 782 618	100,0%	34 901 363	100,0%	29 782 027	100,0%

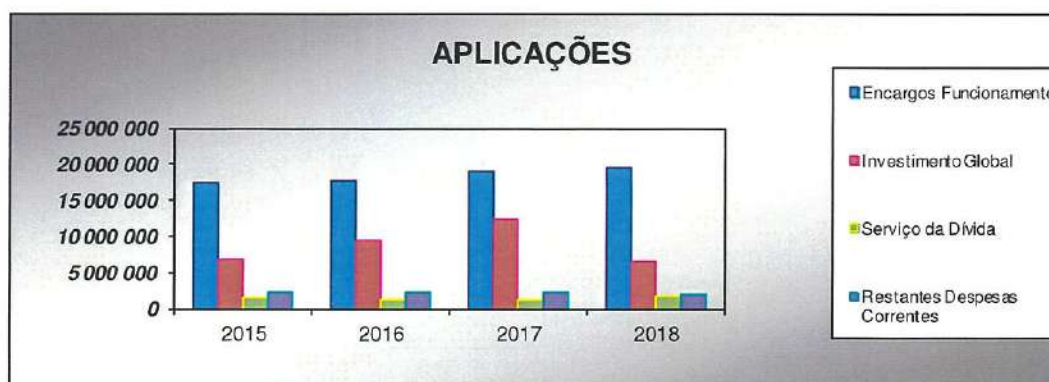


As despesas totais atingiram o montante de 29.782.027 euros, sendo as despesas correntes de 73% e as de capital de 27%. Em relação ao ano 2017, verifica-se uma diminuição em 5.119.336 euros (15%), motivada, principalmente, pelas rubricas de aquisição de bens de investimento em 5.158.993 euros, pelas transferências de capital em 850.361 euros e pela rubrica de outras despesas de capital onde regista uma diminuição de 45.568 euros.

Quadro n.º 11
Evolução da Despesa por Agregados Económicos

(Un.: euros)

Designação	2015		2016		2017		2018	
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %	Valor	Peso %
Encargos de Funcionamento	17 487 434	62,5%	17 633 875	57,3%	18 972 628	54,4%	19 636 655	65,9%
Pessoal	8 444 623	30,2%	8 895 266	28,9%	9 794 423	28,1%	9 926 310	33,3%
Aquisição Bens e Serv. Correntes	8 610 164	30,8%	8 279 271	26,9%	8 459 232	24,2%	8 984 445	30,2%
Outras Despesas Correntes	432 647	1,5%	459 338	1,5%	718 972	2,1%	725 901	2,4%
Investimento Global	6 693 507	23,9%	9 486 383	30,8%	12 481 243	35,8%	6 474 352	21,7%
Investimento Directo	4 290 483	15,3%	6 217 337	20,2%	9 730 088	27,9%	4 571 095	15,3%
Transferências Capital	197 1863	7,1%	2 703 259	8,8%	2 483 268	7,1%	1 632 906	5,5%
Outras Despesas de Capital	58 273	0,2%	2 1840	0,1%	60 000	0,2%	14 432	0,0%
Activos Financeiros	372 888	1,3%	543 947	1,8%	207 888	0,6%	255 919	0,9%
Serviço da Dívida	1 420 533	5,1%	1 303 501	4,2%	1 283 512	3,7%	1 675 236	5,6%
Juros	155 746	0,6%	1 117 10	0,4%	105 790	0,3%	128 321	0,4%
Amortização	1 264 787	4,5%	1 891 790	3,9%	1 177 722	3,4%	1 546 915	5,2%
Restantes Despesas Correntes	2 365 103	8,5%	2 358 860	7,7%	2 163 981	6,2%	1 995 783	6,7%
Juntas de Freguesia	422 405	1,5%	413 843	1,3%	407 740	1,2%	360 552	1,2%
Associações Municipais	1 942 698	6,9%	1 945 017	6,3%	1 756 240	5,0%	1 635 231	5,5%
TOTAL DESPESAS	27 966 577	100,0%	30 782 618	100,0%	34 901 363	100,0%	29 782 026	100,0%



2.2.2.1. ENCARGOS DE FUNCIONAMENTO

Os encargos de funcionamento com o montante de 19.636.655 euros aumentaram 664.027 euros relativamente ao ano de 2017, e representaram 66% do total das despesas do município.

a. ENCARGOS COM PESSOAL

Os encargos com pessoal, no montante de 9.926.310 euros (33% do total das despesas), cresceram 131.886 euros relativamente ao ano anterior.

A 31 de dezembro de 2018 o quadro de pessoal do Município integrava 600 colaboradores, cuja contagem por cargo/carreira segundo a modalidade de vinculação se apresenta no quadro seguinte.

Quadro nº.12							
Pessoal por cargo/carreira							
	Dirigente Intermédio	Técnico Superior	Assistente Técnico	Assistente Operacional	Informática	Outros	TOTAL
Comissão de Serviço	15						15
CTFP por tempo indeterminado		72	118	322	6		518
CTFP a termo resolutivo certo		60					60
CTFP a termo resolutivo incerto							0
Outros - GAP E CMPC						7	7
TOTAL	15	132	118	322	6	7	600

Reportando a 31 de dezembro, podemos constatar que em termos de género existem 321 colaboradores do sexo feminino e 279 colaboradores do sexo masculino.

Recorreu-se aos trabalhadores inscritos no I.E.F.P através do Programa – Contrato Emprego Inserção, tendo sido obtida uma receita de 57.918 euros.

Importa ainda referir que as receitas obtidas da atual DGESTE – Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares para as auxiliares de ação educativa e Atividades de Enriquecimento Curricular totalizaram de 363.003 euros.

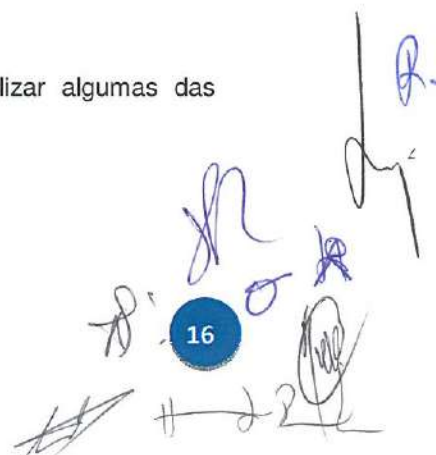
O trabalho extraordinário, no montante de 74.539 euros, registou uma diminuição de 17.215 euros, e deveu-se essencialmente ao serviço de recolha de resíduos sólidos, transportes escolares, apoio na realização de atividades culturais e funcionamento das instalações desportivas.

Em conclusão: o montante global de despesas com o pessoal, efetuado pelo Município ascendeu a 9.926.310 euros, representando 40% do total das receitas correntes do ano anterior.

b. AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS

A aquisição de bens e serviços, com o montante de 8.984.445 euros, cresceu 525.212 euros relativamente ao ano de 2017.

Com o objetivo de melhor explicitar estas despesas, importa individualizar algumas das rubricas da aquisição de bens e serviços.





Assim, os transportes escolares consumiram 779.189 euros; a iluminação pública consumiu 1.224.332 euros, os seminários, exposições e similares registaram o valor de 1.542.747 euros, as matérias-primas registaram um valor de 242.413 euros, os encargos correntes com as instalações municipais (eletricidade, água, condomínios, etc.) cifraram-se em 976.419 euros, os trabalhos especializados totalizaram 1.049.439 euros; os estudos e consultadoria foram de 299.248 euros; os seguros de viaturas e de outros bens tiveram um encargo de 145.651 euros; as comunicações atingiram o montante de 142.998 euros, os encargos de cobrança de receitas registaram um montante de 370.268 euros e os consumos de secretaria foram de 20.427 euros.

c. OUTRAS DESPESAS CORRENTES

A rubrica Outras Despesas Correntes, com o montante de 725.901 euros, aumentou 6.929 euros em relação ao ano de 2017. Saliente-se, neste agregado, o montante de 61.989 euros em restituições e 226.006 euros em realizações de interesse municipal.

2.2.2.2. INVESTIMENTO GLOBAL

O investimento global foi de 6.474.352 euros, tendo diminuído 6.006.891 euros em relação ao ano de 2017.

a. INVESTIMENTO DIRETO

O investimento direto da Autarquia, no montante de 4.571.095 euros, diminuiu 5.158.993 euros relativamente ao ano anterior e a sua desagregação pelas diferentes rubricas está evidenciada no quadro seguinte.

[Handwritten signatures and a blue circular stamp with the number 17]



Quadro n.º 13
Desagregação do Investimento Directo

(un.: euros)

Objectivo	Valor	Peso
Terrenos	172 109,32	3,8%
Habitacões	75 525,86	1,7%
Instalações de serviços	198 401,60	4,3%
Instalações desportivas e recreativas	36 351,30	0,8%
Escolas	158 270,43	3,5%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	1 725 530,05	37,7%
Parques e jardins	135 117,24	3,0%
Iluminação Pública	18 875,45	0,4%
Viação Rural	565 324,28	12,4%
Sinalização e trânsito	9 772,23	0,2%
Outros - Construções diversas	762 310,95	16,7%
Outros edifícios	163 261,35	3,6%
Equipamento informático	46 399,65	1,0%
Software informático	98 580,75	2,2%
Material de transporte	92 047,68	2,0%
Equipamento básico	80 669,06	1,8%
Ferramentas e utensílios	57 175,22	1,3%
Investimentos incorpóreos	34 317,00	0,8%
Equipamento administrativo	44 975,70	1,0%
Outras construções e infra-estruturas	702,82	0,0%
Outros investimentos	95 376,65	2,1%
TOTAL	4 571 094,59	100,0%

b. TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL

As transferências de capital para as Juntas de Freguesia, Associações Municipais e Instituições atingiram o montante de 1.632.906 euros, representando um decréscimo de 850.361 euros, em relação ao ano de 2017.

2.2.2.3.SERVIÇO DA DÍVIDA

O serviço da dívida bancária atingiu o montante de 1.675.236 euros, aumentando 391.725 euros (31%) relativamente ao ano anterior.

O montante global representou 6% do total da despesa e 11% do total recebido com o Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF), Fundo Social Municipal (FSM) e da participação fixa no IRS.

2.2.2.4.RESTANTES DESPESAS CORRENTES

As restantes despesas correntes, no montante de 1.995.783 euros, decresceram 168.197 euros, em relação ao ano anterior, sendo que 360.552 euros foram para as Juntas de Freguesia e 1.635.231 euros para Associações.

2.2.3 DÍVIDA TOTAL

No final do ano 2018 o valor da dívida de operações orçamentais do Município, calculado nos termos do artigo 52º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, e excluindo a das entidades previstas no artigo 54º, cifra-se em 14.051.105 euros.

Cálculo da Dívida Total

Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais (RFALEI) - Lei nº 73/2013, de 3 de setembro

Dívida Total - Mês de dezembro de 2018		
Rubricas		Dívida
Conta	Designação	
Endividamento de Médio e Longo Prazos		10 398 713
23.1.2	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a médio e longo prazo	10 398 713
26.1.3	Fornecedores em Sistema de Locação Financeira de MLP - Amortizações exigíveis a médio e longo prazo	0
Endividamento de Curto Prazo		3 652 392
22.1	Fornecedores	725 700
22.8	Fornecedores c/c - Faturas em receção e conferência	182 069
23.1.2	Empréstimos obtidos de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	1 811 300
24.3	Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	46 599
26.1.1	Fornecedores de Imobilizado, c/c	651 666
26.1.4	Fornecedores em Sistema de Locação Financeira de MLP - Amortizações exigíveis a curto prazo	26 328
26.1.8	Fornecedores imobilizado - Faturas em receção e conferência	76 300
26.8.9.8	Outros credores em receção e conferência	34 903
26.8.9.9.9	Restantes Outros Credores	97 527
Subtotal Dívida Município		14 051 105
Contribuição das Entidades Previstas no Art.º 54º para a Dívida do Município		332 945
DÍVIDA TOTAL		14 384 050
LIMITE DÍVIDA TOTAL A 31/12/2018 (nº1 do art.º 52º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro)		36 732 829
LIMITE CORRIGIDO DÍVIDA TOTAL 31/12/2018 (Art.º 52º nº 3 b))		17 127 762
Limite da dívida no início de 2018	(1)	36 732 829
Valor da dívida no início de 2018	(2)	12 226 495
Margem Disponível no início de 2018	(3) = (1)-(2)	24 506 334
Restrição imposta pelo nº 3 da al.b) do art. 52º	(4) = (3)X20%	4 901 267
Limite corrigido da dívida total	(2) + (4)	17 127 762
MARGEM DISPONÍVEL POR UTILIZAR		2 743 712
Índice de limite corrigido à dívida total		0,84

(A)

(B)

(C) = (B)-(A)

(D) = (A)-(B)



Na contribuição das Entidades Previstas no artigo 54º da Lei nº.73/2013, de 3 de setembro, apesar de todas as entidades terem sido oficiadas, não obtivemos informação das entidades Agência de Desenvolvimento Regional de Entre Douro e Tâmega, S.A., Associação de Municípios do Baixo Tâmega, Ensino Profissional de Entre Douro e Tâmega, S.A., e Parques do EDT, S.A., conforme consta do mapa do ponto 8.2.16 do presente relatório, pelo que a margem de endividamento divulgada de 2.743.712 € releva a situação apresentada.

Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a circular stamp with the number 20.

3. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Como nota introdutória a este tema, importa salientar a diferença existente entre a contabilidade orçamental e a contabilidade patrimonial: a primeira é elaborada na ótica de caixa (recebimentos/pagamentos) enquanto a segunda é elaborada na ótica económica (proveitos e custos) ou seja, regista as transações e outros eventos que afetam, além dos fluxos de caixa, a posição e o desempenho financeiro do Município, sendo de destacar nesta ótica o princípio da especialização (ou do acréscimo) segundo o qual os proveitos e custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

Em termos gerais aceita-se que, enquanto a contabilidade orçamental mede a capacidade da Organização para maximizar os seus recursos financeiros e para os utilizar eficazmente nas utilidades mais interessantes para os munícipes, a contabilidade patrimonial dá conta, por um lado da eficiência na obtenção e na utilização dos recursos (ótica económica) e por outro do equilíbrio entre os diversos agregados patrimoniais tendo em conta os prazos de liquidez dos ativos e os prazos de exigibilidade dos passivos (ótica financeira).

O resultado do exercício, que no setor público tem uma importância relativa dada a natureza não lucrativa deste setor, quantifica na ótica económica a diferença entre os proveitos e os custos e, somado aos fundos próprios iniciais quantifica na ótica financeira a diferença entre os ativos e os passivos.

A análise que se segue tem por base a demonstração de resultados e o balanço preparados com base nos registos da contabilidade patrimonial.

3.1. Análise Económica

A informação sobre o desempenho económico do Município consta do mapa da demonstração de resultados que junto se anexa.

A referida demonstração de resultados apresenta em 2018 proveitos no valor global de 28.546.190,26 € os quais representam um aumento de 626.446,87 € relativamente ao exercício anterior. Para este acréscimo concorrem de forma significativa os proveitos de Impostos e Taxas (789.795 €) e Transferências e Subsídios Obtidos (476.996 €), registando-se uma redução em Proveitos Extraordinários (726.357 €).

No que concerne aos custos, o exercício económico de 2018 registou um valor global de 29.214.531,95 €, mantendo o valor global similar a 2017, com uma ligeira diminuição de 68.522 €. As verbas mais significativas respeitam aos custos com o pessoal no valor de 10.075.230,37 € e aos fornecimentos e serviços externos com o valor de 8.955.695,84 €, rubricas que no conjunto representam 65% dos custos totais.

Na comparação dos custos de 2018 com os do período homólogo de 2017 constata-se um ligeiro acréscimo das rubricas "Fornecimento e serviços externos" (110.980 € => 1,2%); nas rubricas de "Remunerações e Encargos sociais" também se regista um ligeiro acréscimo relativamente a 2017 (323.352 € => 3,3%); também as "Amortizações do exercício" registaram acréscimo de 227.000 € => 4,7%, a qual regista a quota geral anual de depreciação dos bens que compõem o ativo imobilizado do Município. Em sentido oposto registam-se diminuições nas rubricas Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais, Provisões do exercício, Outros custos operacionais, Custos e perdas financeiros e Custos e perdas extraordinários.

O resultado apurado no montante negativo de 668.341,69 € representa como no início do presente capítulo se referiu a diferença entre os proveitos e os custos e a sua natureza negativa significa que os segundos foram superiores aos primeiros. Nada de estranhar pois trata-se duma situação normal nas fases de investimento das organizações que por vezes perduram durante alguns exercícios durante as quais se torna necessário realizar custos elevados antes que os investimentos produzam o retorno económico que mais tarde os absorverá.

Naturalmente que tal situação terá que ser transitória e sobretudo não pode colocar em risco a solvabilidade da Entidade ou seja a sua capacidade para solver tempestivamente as suas obrigações, e é nesta perspetiva que a análise financeira proporcionada pelo Balanço e que analisaremos de seguida é fundamental.

3.2. Análise Financeira

A informação sobre a posição financeira do Município em 31 de dezembro de 2018 encontra-se refletida no balanço anexo onde são apresentados os ativos, passivos e os fundos próprios nessa data.

Do lado do ativo, destaca-se o imobilizado do Município cujo valor líquido de 123.356.667,36 € representa 95% do ativo total, rubrica na qual se encontram registados, nomeadamente, os bens detidos pelo Município para uso no fornecimento dos serviços e as infraestruturas.

Na rubrica do Ativo de "Depósitos em instituições financeiras" cumpre referir que está reconhecida a quantia de 398.970,70 € em falta nos cofres do Município por ter sido objeto de um desfalque imputável a um ex-trabalhador da autarquia que deu origem ao processo disciplinar n.º 1/2003 e a uma participação ao Ministério Público. O referido saldo deveria ser constar nas dívidas a receber de terceiros do balanço (com a respetiva provisão) mas aguarda-se por parte do Tribunal de Contas instruções para a respetiva regularização contabilística.

O Passivo do Município em 31/12/2018 ascende a 39.109.174,39 €, registando um aumento de 900.802,16 € relativamente ao exercício de 2017.

No Passivo destaca-se a rubrica de acréscimos e diferimentos que em 2018 ascende a 23.157.070,08 €, este passivo inclui no seu saldo acumulado a quantia de 20.946.627,03 € referente a subsídios ao investimento atribuídos ao Município a imputar a proveitos de exercícios seguintes.

O restante passivo de 2018 é composto por Provisões para Riscos e Encargos, Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos e Dívidas a Terceiros Curto Prazo. No tocante a Provisões para Riscos e Encargos, queregista as responsabilidades derivadas dos riscos de natureza específica e provável decorrente dos processos judiciais em curso,apresenta um montante similar ao do exercício económico anterior, totalizando 216.560,76 €.

Relativamente às Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos importa referir que engloba dívida de empréstimos bancários, locação financeira e participação no FAM, sendo que relativamente à dívida de empréstimos bancários está subdividida em amortizações exigíveis a MLP e amortizações exigíveis a curto prazo. Considerando esta situação, as Dívidas a Terceiros de Médio e Longo Prazos registam um acréscimo de 607.747,03 € comparativamente a 2017.

Relativamente às Dívidas a Terceiros – Curto Prazo, tendo em consideração o descrito no parágrafo anterior, verifica-se um aumento de 757.548,16 €, relativamente a 2017.

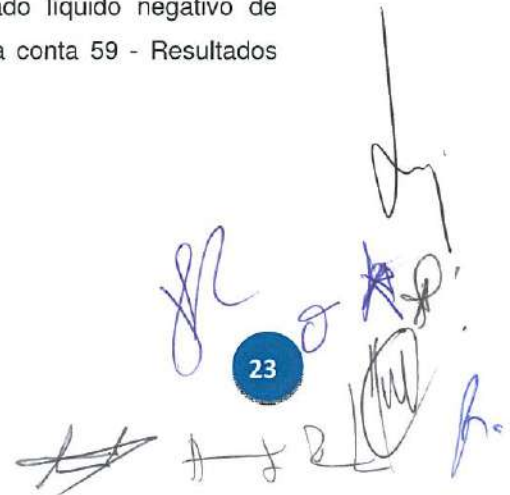
Passando à análise do equilíbrio financeiro devemos referir antes de mais que a análise proporcionada por um balanço de gestão é meramente indicativa pois trata-se de um balanço preparado com base nos saldos de 31 de Dezembro e não com base em saldos médios como é exigido para uma análise correta.

Sob o referido pressuposto, é possível verificar no balanço em anexo que a capacidade financeira do Município de Amarante refletida pelos seus fundos próprios é altamente positiva e que os seus ativos disponíveis a curto prazo são suficientes para solver as suas obrigações vencíveis a um ano pelo que, também do ponto de vista financeiro nos encontramos numa posição favorável.

4. PROPOSTA DA APLICAÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Nos termos do ponto 2.7.3 - Resultado Líquido do Exercício do POCAL, a aplicação do Resultado Líquido do Exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo.

Para cumprimento da referida disposição propõe-se que o resultado líquido negativo de 668.341,69 euros apurado no exercício do ano 2018 seja mantidona conta 59 - Resultados Transitados.



Handwritten signatures and a blue circular stamp with the number 23.



5. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DE EXERCÍCIO

Não se verificaram factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

[Handwritten signatures and marks]

24



III. Mapa do Controlo Orçamental da Receita

Em anexo.

IV. Mapa do Controlo Orçamental da Despesa

Em anexo.

V. Execução Anual do plano plurianual de investimentos

Em anexo.

VI. Mapa dos Fluxos de Caixa

Em anexo.

VII. Mapa das Operações de Tesouraria

Em anexo.

VIII. Balanço e Demonstração de Resultados

Em anexo.

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and various initials like 'JR', 'A', 'B', 'C', 'D', 'E', 'F', 'G', 'H', 'I', 'J', 'K', 'L', 'M', 'N', 'O', 'P', 'Q', 'R', 'S', 'T', 'U', 'V', 'W', 'X', 'Y', 'Z']



IX - ANEXOS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras e demais anexos relativos às contas do exercício de 2018 do Município de Amarante foram efetuados segundo as normas e princípios contabilísticos do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e preparadas no pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos do Município de Amarante.

A numeração utilizada corresponde à que consta do referido diploma, sendo que os números em falta não se aplicam ou não existe informação a prestar.

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 Identificação: Município de Amarante

Número de Identificação Fiscal: 501102752

Endereço: Alameda Teixeira de Pascoaes - 4600-011 Amarante

geral@cm-amarante.pt

Regime financeiro: - POCAL – Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 14 de setembro; Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro; Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de dezembro.

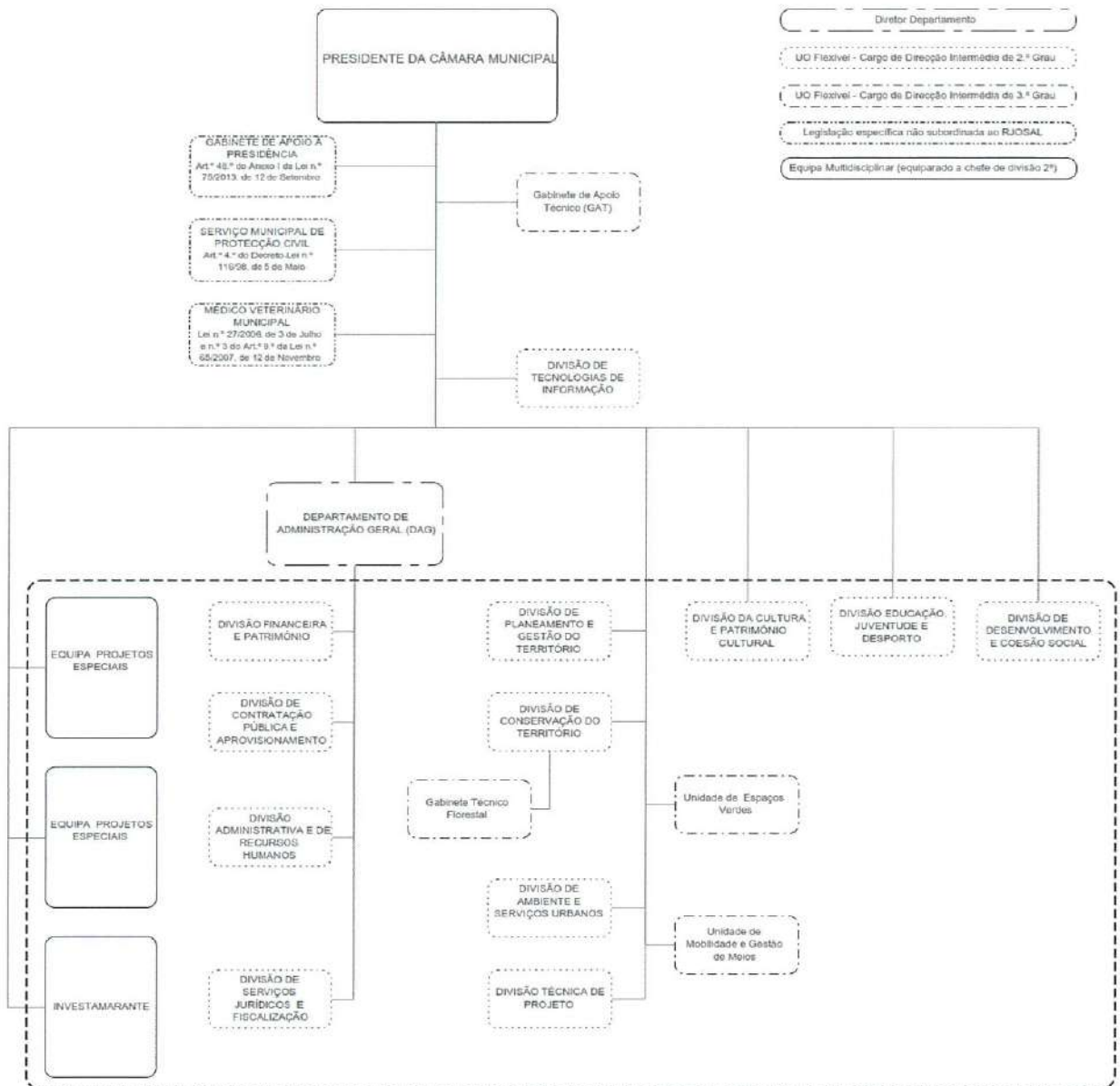
- Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, com as alterações introduzidas pela retificação n.º 46-B/2013, de 1 de novembro; Lei n.º 82-D/2014, de 31 dezembro; Lei n.º 69/2015, de 16 de julho; Lei n.º 132/2015, de 4 de setembro e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro e Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

1.2 Legislação aplicável na constituição, orgânica e funcionamento:

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Retificação n.º 46-C/2013, de 1 de novembro; Retificação n.º 50-A/2013, 11 de novembro; Lei n.º 25/2015, de 30 de março; Lei n.º 69/2015, de 16 julho e Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março, Lei n.º 42/2016, de 28 de Dezembro e Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto.

1.3 Estrutura Organizacional Efetiva:

Em 31/12/2018, a estrutura organizacional, e de acordo o Regulamento aprovado em Assembleia Municipal de 28/06/2018 e publicado na IIª Série do D.R. n.º 161 de 22/08/2018, define-se da seguinte forma:



Órgão Deliberativo: Assembleia Municipal

Órgão Executivo: Câmara Municipal

1.4. Descrição sumária das atividades:

Nos termos do artigo 23º do anexo I da Lei n.º. 75/2013, de 12 de Setembro, os municípios dispõem de atribuições nos seguintes domínios:

- Equipamento rural e urbano;
- Energia;
- Transportes e comunicações;
- Educação;
- Património, cultura e ciência;



- f) Tempos Livres e Desporto;
- g) Saúde;
- h) Ação Social;
- i) Habitação;
- j) Proteção Civil;
- k) Ambiente e saneamento básico
- l) Defesa do Consumidor
- m) Promoção do desenvolvimento
- n) Ordenamento do território e urbanismo
- o) Polícia Municipal
- p) Cooperação externa

1.5. Recursos Humanos:

Presidente: José Luís Gaspar Jorge

Vereadores:

- i. Octávia Manuel da Rocha e Freitas Morais Clemente
- ii. António Manuel Pinto Ribeiro
- iii. Lucinda Silva Fonseca Moreira
- iv. Raimundo de Magalhães Carvalho
- v. Adriano Teixeira Alves dos Santos
- vi. Nuno Miguel Oliveira Sousa Queirós
- vii. André da Silva Ribeiro e Costa Magalhães
- viii. Ana Rita Brochado Marinho Bastos Batista

Número de Membros da Assembleia Municipal: 53

Número de funcionários em 2018/12/31: 600

1.6. Organização Contabilística:

Os serviços de contabilidade são únicos e organizados de forma centralizada.

Os registos e demais procedimentos são efetuados num único sistema integrado, capaz de fornecer informação adequada de acordo com os princípios e normas do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e obedecem ao Sistema de Controlo Interno aprovado em Reunião do Executivo de 03/09/2001.

Os serviços municipais estão informatizados desde 01/01/1995, respeitando todas as aplicações informáticas o disposto na legislação em vigor e sendo a empresa prestadora do serviço a Medidata, Sistemas de Informática e Engenharia, SA.

NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que a seguir se apresentam respeitam a numeração sequencial definida no ponto 8.2 do POCAL, sendo que aquelas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis ou considerou-se não existir informação que justificasse a sua divulgação.

8.2.3 - Critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados, bem como métodos de cálculo respeitantes aos ajustamentos de valor, designadamente amortizações e provisões.

a) Imobilizações

O activo imobilizado, incluindo os investimentos adicionais ou complementares, é valorizado ao custo de aquisição ou ao custo de produção.

Quando os elementos do ativo imobilizado têm uma vida útil limitada ficam sujeitos durante esse período a uma amortização sistemática determinada pelo método das quotas constantes, sendo a quota anual de amortização determinada aplicando-se as taxas de amortização definidas no classificador geral definidas no Cadastro e Inventário dos Bens do Estado (CIBE)

Nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, têm, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, é contabilizada a respetiva provisão para redução do ativo.

b) Existências

As existências são valorizadas ao custo de aquisição.

Quando o custo de aquisição é superior ao preço de mercado ou na data do balanço haja obsolescência, deterioração física parcial, quebra de preços, bem como outros fatores análogos, as diferenças são expressas pela provisão para depreciação de existências.

O método de custeio das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

c) Dívidas de e a terceiros

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos que as titulam.



Quando existem riscos associados ao recebimento de dívidas de terceiros, são constituídas provisões para cobranças duvidosas. Para efeitos de constituição da provisão para cobranças duvidosas, consideram-se as dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de seis meses e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

O montante anual acumulado de provisão para cobertura das dívidas referidas no parágrafo anterior é determinado de acordo com as seguintes percentagens:

- a) 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- b) 100% para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não são no entanto consideradas de cobrança duvidosa as dívidas do Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, bem como as cobertas por garantia, seguro ou caução, com exceção da importância correspondente à percentagem de desconto ou descoberto obrigatório.

d) Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito, respetivamente.

e) Provisões para Riscos e Encargos

As provisões para riscos e encargos apresentadas no Passivo representam responsabilidades relacionadas com despesas a pagar que à data do balanço são de ocorrência provável ou certa, mas incertas quando ao seu valor ou data de ocorrência. Especificamente as que se encontram reconhecidas no balanço relacionam-se com processos judiciais cuja resolução pelos tribunais está em curso.

8.2.6 - Comentário às contas 431 «Despesas de instalação» e 432 «Despesas de investigação e de desenvolvimento».

A conta 431 – “Despesas de instalação” não apresenta valores registados e a conta 432 – “Despesas de investigação e de desenvolvimento” contém despesas relativas ao estudo, levantamento e inventariação dos recursos naturais, geológicos, morfológicos e históricos do Município, com vista a obter novos conhecimentos científicos ou técnicos, tais como Cartografias, Planos de pormenor e estudos geológicos.



8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do ativo imobilizado constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, de acordo com os quadros seguintes:


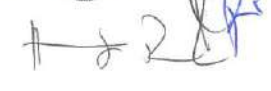
ATIVO BRUTO						
(un.: euros)						
Rubricas	Saldo inicial	Reavaliação/ ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	Saldo Final
De bens de domínio público:						
Terrenos e recursos naturais	1 613 788,66		188 045,40			1 801 834,06
Edifícios						
Outras construções e infra-estruturas	63 367 396,34		3 383 097,57		2 096,65	66 748 397,26
Bens do património histórico, artístico e cultural	146 000,00					146 000,00
Outros bens de domínio público						
Imobilizações em curso	2 156 708,54		2 415 343,32		2 728 231,08	1 843 820,78
Adiant. por conta de bens de domínio público						
	67 283 893,54	0,00	5 986 486,29	0,00	2 730 327,73	70 540 052,10
De imobilizações incorpóreas						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 795 351,79		106 893,15			1 902 244,94
Propriedade industrial e outros direitos	369 858,35		14 824,58			384 682,93
Outras imobilizações incorpóreas						
Imobilizações em curso	124 107,00		29 643,00			153 750,00
Adiant. por conta de imobilizações incorpóreas						
	2 289 317,14	0,00	151 360,73	0,00	0,00	2 440 677,87
De imobilizações corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	14 295 370,47		497,55	40 698,41	51 013,47	14 204 156,14
Edifícios e outras construções	75 669 108,16		2 738 574,98		297 815,37	78 109 867,77
Equipamento básico	4 193 386,62		186 916,85		163 967,47	4 216 336,00
Equipamento de transporte	2 456 330,06		59 889,24	1 398,38	81 644,74	2 433 176,18
Ferramentas e utensílios	504 775,23		49 003,93			553 779,16
Equipamento administrativo	1 106 513,75		52 482,38		46 206,71	1 112 789,42
Taras e vasilhame						
Outras imobilizações corpóreas	3 936 770,62		166 913,60		8 250,74	4 095 433,48
Imobilizações em curso	5 544 391,39		1 698 117,83		3 647 905,32	3 594 603,90
Adiant. por conta de imobilizações corpóreas						
	107 706 646,30	0,00	4 952 396,36	42 096,79	4 296 803,82	108 320 142,05
De investimentos financeiros						
Partes de capital	3 386 188,66		100 000,00			3 486 188,66
Obrigações e títulos de participação	1 455 222,54				519 722,04	935 500,50
Investimentos em imóveis:	604 543,68			37 053,74	19 951,92	547 538,02
Outras aplicações financeiras:						
Depósitos em instituições financeiras						
Títulos da dívida pública						
Outros títulos						
Imobilizações em curso						
Adiant. por conta de investimentos financeiros						
	5 445 954,88	0,00	100 000,00	37 053,74	539 673,96	4 969 227,18

AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES				
(un.: euros)				
Designação	Saldo inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De bens de domínio público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios				
Outras construções e infra-estruturas	28 733 717,36	3 143 342,68		31 877 060,04
Bens do património histórico, artístico e cultural				
Outros bens de domínio público				
	28 733 717,36	3 143 342,68	0,00	31 877 060,04
De imobilizações incorpóreas				
Despesas de instalação				
Despesas de investigação e de desenvolvimento	1 387 636,95	178 564,49		1 566 201,44
Propriedade industrial e outros direitos	190 947,17	102 663,67		293 610,84
Outras imobilizações incorpóreas				
	1 578 584,12	281 228,16	0,00	1 859 812,28
De imobilizações corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	17 207 270,99	1 145 373,77	45 909,70	18 306 735,06
Equipamento básico	3 815 469,51	108 172,03	163 967,47	3 759 674,07
Equipamento de transporte	2 154 444,62	73 386,82	83 043,12	2 144 788,32
Ferramentas e utensílios	243 687,13	39 291,72		282 978,85
Equipamento administrativo	873 305,18	77 575,70	46 206,71	904 674,17
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	2 684 914,77	160 367,30	8 250,74	2 837 031,33
	26 979 092,20	1 604 167,34	347 377,74	28 235 881,80
De investimentos financeiros				
Partes de capital	1 066 814,97		219 853,79	846 961,18
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:	93 985,08	5 952,88	6 221,42	93 716,54
Outras aplicações financeiras:				
Depósitos em instituições financeiras				
Títulos da dívida pública				
Outros títulos				
	1 160 800,05	5 952,88	226 075,21	940 677,72

8.2.8 – Detalhe dos bens incluídos nos mapas atrás referidos.

O detalhe dos bens incluídos nos mapas da nota anterior pode ser encontrado no anexo "X – Mapa de bens do Município" incluído nos documentos de prestação de contas.

8.2.12 – Divulgações sobre imobilizações corpóreas e em curso:

Imobilizações em poder de terceiros:

N.º INV.	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL	SITUAÇÃO DO BEM
7	ESCOLA PRIMARIA DA BOUCA-CANADELO	59 356,95	CED
786	ESCOLA PRIMARIA DE ESTREMADOURO - LOUREDO	59 356,95	CED
796	ESCOLA PRIMARIA DE BUSTELO DE CIMA - BUSTELO	59 356,95	CED
805	ESCOLA PRIMARIA DA BOAVISTA - GATAO	59 356,95	CED
806	ESCOLA PRIMARIA DE MOURE - LUFREI	78 909,83	CED
808	JARDIM DE INFANCIA DA MADALENA	53 870,17	CED
811	ESCOLA PRIMARIA DA TORRE - OLO	59 356,95	CED
839	ESCOLA PRIMARIA DO EIDO - ANSIAES	59 356,93	CED
842	ESCOLA PRIMARIA DA FEITORIA - MADALENA	59 356,95	CED
1147	ESCOLA PRIMARIA DE CARVALHO DE REI	31 424,27	CED
2154	FRACCAO "AB" EDIF. SALTO - S. GONCALO	73 024,01	CED
2155	FRACCAO "AC" EDIF. SALTO - S. GONCALO	73 024,01	CED
2212	CENTRO CULTURAL DE AMARANTE-ANTIGA CADEIA DA COMARCA	53 870,18	CED
2216	CASA DA JUVENTUDE - CEPELOS	26 186,89	CED
2217	ESCOLA PRIMARIA DE MANHUFE 1 - MANCELOS	109 286,62	CED
2238	QUINTA DAS FONTAINHAS DE BAIXO - FRIDAO	199 519,16	CED
2281	TERRENO, QUINTA DO MARAOZINHO - VILA CHA DO MARAO	17 191,47	CED
2282	TERRENO, BOUCA DAS TRAVESSAS - VILA CHA DO MARAO	3 555,66	CED
2283	TERRENO, BOUCA DO CRUZEIRO - VILA CHA DO MARAO	2 973,82	CED
2284	TERRENO, BOUCA DA FONTELA - VILA CHA DO MARAO	365,27	CED
2285	TERRENO, BOUCA DA EIRA - VILA CHA DO MARAO	3 167,77	CED
2286	TERRENO, BOUCA DA CRUZINHA - VILA CHA DO MARAO	17 465,03	CED
2287	TERRENO, BOUCA DO MARAOZINHO - VILA CHA DO MARAO	172,79	CED
2498	TERRENO, "QUINTA DE VINHAIS"	49 630,39	CED
2603	TERRENO NA BAZEIRA	17 058,89	CED
2617	ESCOLA PRIMARIA DO OUTEIRO - CARNEIRO	66 340,12	CED
2618	ESCOLA PRIMARIA DA SERRA - CHAPA	30 725,95	CED
2622	ESCOLA PRIMARIA DA IGREJA - VILA GARCIA	57 611,16	CED
2623	ESCOLA PRIMARIA DE S. VICENCIO - VARZEA	59 356,95	CED
2624	ESCOLA PRIMARIA DA FONTE - TRAVANCA	76 116,56	CED
2625	ESCOLA PRIMARIA DE MOREIRA DE CIMA - TRAVANCA	152 233,12	CED
3506	TERRENO DO NOVO PARQUE DE CAMPISMO	15 971,15	CED
3507	PARQUE DE CAMPISMO	148 468,37	CED
3968	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - GATAO	78 909,83	CED
4870	ESCOLA PRIMARIA DO PACO - VILA CHA DO MARAO	82 750,57	CED
4873	TERRENO DA ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA - FREIXO DE CIMA	43 131,05	CED
4874	ESCOLA PRIMARIA DO ALTO DA LIXA	78 909,83	CED
5036	ESCOLA PRIMARIA DE MURGIDO - CANDEMIL	99 859,34	CED
5058	ESCOLA PRIMARIA DE SUBACELO/ FREIXO DE BAIXO	103 700,08	CED
9631	ESCOLA PRIMARIA DA PORTELA-ABOIM	55 865,36	CED
9633	ESCOLA PRIMARIA DE CHEDAS-GONDAR	76 465,72	CED
9635	ESCOLA PRIMARIA DE OVELHINHA-GONDAR	57 611,16	CED
9832	ESCOLA PRIMARIA DA ESTRADINHA - TELOES	83 448,89	CED
9833	ESCOLA PRIMARIA DO PENEDO - TELOES	59 356,95	CED
11898	ESCOLA PRIMARIA DA POVOA - ANSIAES	59 356,95	CED
11902	ESCOLA PRIMARIA DE TRAVANCA DO MONTE - BUSTELO	27 932,68	CED
11915	ESCOLA PRIMARIA DO ASSENTO - FIGUEIRO SANTIAGO	66 340,12	CED
11930	ESCOLA PRIMARIA FORNOS - JAZENTE	120 459,69	CED

N.º INV.	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR PATRIMONIAL	SITUAÇÃO DO BEM
11936	ESCOLA PRIMARIA DE BOAVISTA N.1-MANCELOS	44 692,29	CED
11949	ESCOLA PRIMARIA DE ALDEIA VELHA - GOUVEIA (S. SIMAO)	33 519,22	CED
11950	TERRENO DA CASA MORTUÁRIA DE SALVADOR DO MONTE	22 909,79	CED
11956	ESCOLA PRIMARIA DE CAMPO VILAR - SANCHE	37 709,12	CED
11957	ESCOLA PRIMARIA DE LAMACEIRO - TELOES	36 312,49	CED
11959	ESCOLA PRIMARIA DE TODEIA - TELOES	59 356,95	CED
11970	ESCOLA PRIMARIA DE VILARINHO - VILA CAIZ	103 350,92	CED
11978	ESCOLA PRIMARIA DE RIBEIRA - VILA CHA	67 038,44	CED
12025	CASA ABRIGO DO PARQUE DE CAMPISMO VELHO	9 975,96	CED
12139	TERRENO LOTE N.1 DA BOUCA DO POMBAL - S. GONCALO	42 781,90	CED
12140	TERRENO LOTE N.2 DO ALVARA DE LOT. N.12/91	23 792,66	CED
12142	TERRENO LOTE N.8 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE	465,78	CED
12143	TERRENO LOTE N.7 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	466,83	CED
12146	TERRENO LOTE N.4 DO ALVARA DE LOT. N.12/91 - TELOES	49 879,79	CED
12147	TERRENO LOTE N.5 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	477,65	CED
12149	TERRENO LOTE N.1 DA ZONA INDUSTRIAL DE AMARANTE - TELOES	1 892,44	CED
12246	TERRENO LOTE N.2 DA BOUCA DO POMBAL CEDIDO A CERCIMARANTE - S. GONCALO	69 831,71	CED
12247	TERRENO COM 1960M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1 247,00	CED
12266	TERRENO COM 1310M2 NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1 247,00	CED
12280	TERRENO COM A AREA DE 2290M2 SITO NO LUGAR DE OUTEIRO - LOUREDO	1 713,37	CED
12281	TERRENO COM A AREA DE 1110M2 SITO NO LUGAR DA BOUCA DA CRUZ - LOUREDO	1 354,24	CED
12285	TERRENO LOTE N.1 DO ALVARA DE LOT.12/91 - TELOES	21 697,71	CED
15820	TERRENO LOTE N. 3 DO ALVARA DE LOTEAMENTO N.12/91	34 766,21	CED
17871	TERRENO LOTE N.3 DA BOUCA DO POMBAL	46 590,22	CED
17872	TERRENO LOTE N.4 DA BOUCA DO POMBAL	48 034,24	CED
17873	TERRENO LOTE N.5 DA BOUCA DO POMBAL	42 781,90	CED
21733	FRACÇÃO H DA CHENTUADA N. POLICIA 8	12 828,63	CED
21739	FRACÇÃO G DA CHENTUADA N. POLICIA 9	8 017,90	CED
21803	FRACÇÃO B DA BOUÇA DO POMBAL	73 686,99	CED
21804	FRACÇÃO I DA BOUÇA DO POMBAL	73 639,27	CED
21805	FRACÇÃO P DA BOUÇA DO POMBAL	104 469,44	CED
26962	POLIDESPORTIVO DE ATAÍDE	72 572,18	CED
27733	TERRENO - PARCELA DO LOTEAMENTO 23/98 - GONDAR	63 810,00	CED
30731	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	293 070,07	CED
30733	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	11 714,23	CED
30735	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	3 126,04	CED
30737	TERRENO RUSTICO NO LUGAR DA LAMA - TELÕES	17 089,66	CED
30791	CENTRO INTERPRETATIVO E CULTURAL DO MARÃO - ABOADELA	9 975,96	CED
33319	TERRENO RUSTICO DENOMIN. BOUÇA NOVA OU BOUÇA DA PEREIRA-TELÕES	25 158,52	CED
33321	TERRENO RUSTICO DENOM. LEIRA DA COMPRA DE FORA-TELÕES	39 292,52	CED
33322	TERRENO RUSTICO DENOM. LEIRA DA COMPRA DE DENTRO-TELÕES	35 548,96	CED
35878	TERRENO LUGAR DA IGREJA - CEPELOS	22 350,00	CED
35900	POLIDESPORTIVO DE RASCÕES - CEPELOS	59 375,61	CED
39480	TERRENO DE ACESSO AO QUARTEL DOS BOMBEIROS DE VILA MEÃ	73 395,00	CED
39613	APEADEIRO DE GATÃO	194 802,05	CED
39805	POLIDESPORTIVO DE PIDRE - MANCELOS	50 814,02	CED
46663	TERRENO RUSTICO DENOMINADO CAMPO DO QUINCHOSO	22 445,91	CED

8.2.13 - Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira, com menção dos respetivos valores contabilísticos.

Bens em Locação Financeira

Nº Contrato	Designação	Entidade Locadora	Datas do Contrato		Nº de Rendas		Valor de aquisição do bem c/ IVA	Valor Residual	Capital em dívida a 31 de dezembro de 2018
			Início	Fim	Pagas	Em falta			
100087544	Miniautocarro de passageiros Mercedes Benz 519 CDI Chassis Matricula: 21-RB-00	Caixa Leasing Factoring	20/10/2016	20/07/2019	9	3	98 154,00	1 963,08	26 327,60

8.2.14 - Relação dos bens do imobilizado que não foi possível valorizar, com indicação das razões dessa impossibilidade.

Bem	Justificação da não valorização
Edifício do Solar dos Magalhães	Avançado estado de degradação e desconhecimento do seu custo de aquisição
Bens classificados como: "Obras de arte; móveis antigos; coleções e antiguidades"	Dificuldade de avaliação dada a natureza subjetiva dos bens

De referir também que os bens de domínio público considerados nas demonstrações financeiras não incluem os resultantes de empreitadas e aquisições de terrenos anteriores a 2003 por não ter sido possível ainda terminar o respetivo trabalho de inventariação.

8.2.15 - Identificação dos bens de domínio público que não são objeto de amortização e indicação das respetivas razões.

Não são sujeitos ao regime de amortizações os terrenos incluídos nos bens de domínio público, em conformidade com as instruções regulamentadoras do Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

Handwritten signatures and a blue circular stamp with the number 35.

8.2.16 - Designação e sede das entidades participadas, com indicação da parcela detida, bem como dos capitais próprios ou equivalente e do resultado do último exercício em cada uma dessas entidades, com menção desse exercício.

Entidade	Sede	Parcela detida	Capitais próprios em 31/12/2018 (Euros)	Resultado Líquido do Exercício 2018 (Euros)
Agência Desenvolvimento Regional Entre Douro e Tâmega	Amarante	9,10%	306 358,84 *	-3.117,49 *
Águas do Douro e Paiva, S.A.	Porto	2,99%	30 587 926,76	903 856,48
Águas do Norte	Vila Real	1,60%	256 370 602,00	7 168 844,00
Associação de Municípios do Baixo Tâmega	Amarante	33,33%	505 720,53 *	73 113,61 *
Associação Nacional de Municípios Portugueses	Coimbra	---	2 274 107,78	76 956,67
Carnagri - Matadouro Regional Vale do Sousa e Baixo Tâmega	Penafiel	2,10%	5 481 768,91	-64 866,82
Comunidade Intermunicipal do Tâmega e Sousa	Penafiel	9,09%	1 419 955,88	190 904,21
Dolmen, CRL	Marco de Canavezes	0,71%	571 433,53	2 146,26
Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega, S.A.	Amarante	45,00%	400.390,81 **	-269.274,86 **
Instituto Empresarial do Tâmega	Amarante	49,33%	2 656 297,92	-87 747,33
Parques do EDT	Amarante	5,00%	4 773 989,71 *	54 102,69 *
Resinorte, S.A.	Celorico de Basto	3,06%	45 505 989,00	562 416,00
Turismo do Porto e Norte de Portugal	Viana do Castelo	---	10 855 586,15	1 607 318,23

* Até à data não foram aprovadas as contas referentes ao ano económico de 2018. Os valores aqui reportados dizem respeito ao exercício económico do ano 2017.

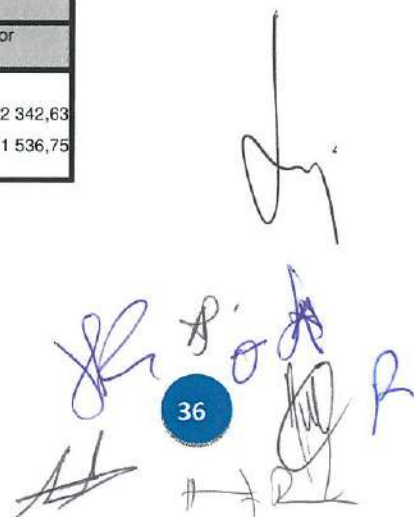
** O valor dos capitais próprios e resultado líquido do exercício divulgados para a participada Ensino Profissional do Entre Douro e Tâmega reportam-se ao exercício económico de 2013, último ano em que a entidade prestou contas.

8.2.22 - Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço.

Em 31 de Dezembro de 2018 existem dívidas de cobrança duvidosa no montante de 711.536,75 euros apresentadas na rubrica do Balanço de clientes de cobrança duvidosa.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cauções prestadas e recibos para cobrança.

Designação das contas	Saldo da Gerência anterior		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Garantias e cauções		2 053 790,28		2 122 342,63
Recibos para cobrança		717 286,13		711 536,75



8.2.27 - Desdobramento das contas de provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Código das Contas	Descrição	Saldo			Saldo Final
		Inicial	Aumento	Redução	
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	717 286,13		5 749,38	711 536,75
292	Provisões para riscos e encargos	213 376,61	3 184,15		216 560,76
39	Provisões para depreciação de existências	15 885,95		131,75	15 754,20
49	Provisões para investimentos financeiros	1 066 814,97		219 853,79	846 961,18

O critério utilizado para os ajustamentos nas provisões para cobrança duvidosa foi o constante do ponto 2.7.1 do POCAL e tendo em consideração o risco de incobrabilidade.

As provisões para riscos e encargos respeitam a processos judiciais em curso e têm em consideração o risco associado.

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 «Fundo patrimonial», constantes do balanço.

Rubricas	Saldo em 31/12/2017	Aplicação do RL 2017	RL 2018	Amort. Acum. Exerc. Ant.	Reconhecim. Subsídios	Outras Variações	Saldo em 31/12/2018
Património	89 192 718,73					497,55	89 193 216,28
Reservas							0,00
Reservas Legais	2 565 827,08						2 565 827,08
Subsídios	1 830 321,24						1 830 321,24
Doações	2 065 136,10						2 065 136,10
Resultados Transitados	-2 445 690,06	-1 363 310,89				-144 321,26	-3 953 322,21
Total	93 208 313,09	-1 363 310,89	0,00	0,00	0,00	-143 823,71	91 701 178,49
Resultado Liq. Exercício	-1 363 310,89	1 363 310,89	-668 341,69				-668 341,69
Total dos Fundos Próprios	91 845 002,20	0,00	-668 341,69	0,00	0,00	-143 823,71	91 032 836,80

A conta 51 foi movimentada em 2018 pela integração no património de um terreno pertencente ao Município.

A conta 59 foi movimentada em 2018 pela aplicação do resultado líquido do exercício de 2017e por diversas regularizações não frequentes e de grande significado que não devem afetar o resultado líquido de 2018.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas.

Movimentos	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	34 571,42
Compras	949 247,41
Regularização de existências	6 202,12
Existências finais	42 217,71
Custos no exercício	947 803,24



8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros:

Cód. Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
681	Juros suportados	111.162,43	124.495,73	781	Juros obtidos		11.005,57
683	Amortizações de investimentos em imóveis	5.952,88	6.119,64	782	Ganhos em entidades participadas	102.007,20	29.032,47
684	Provisões para apl. Financeiras		26.135,60	783	Rendimentos de imóveis	1.709.932,78	1.728.332,72
688	Outros custos e perdas financeiros	8.689,11	10.360,62	784	Rendimentos de participações de capital		1.177,45
	Resultados Financeiros	1.686.135,56	1.602.436,62				
	TOTAL	1.811.939,98	1.769.548,21			1.811.939,98	1.769.548,21

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Cód. Contas	Custos e Perdas	Exercícios		Cód. Contas	Proveitos e Ganhos	Exercícios	
		2018	2017			2018	2017
691	Transferências de capital concedidas	1 635 318,63	2 483 267,50	791	Restituições de impostos	23933,61	13735,24
692	Dívidas incobráveis		2 450,62	792	Recuperação de dívidas	5749,38	3763,85
693	Perdas em existências	5 887,76	440,11	793	Ganhos em existências	131,75	0
694	Perdas em imobilizações	238 028,23	9 549,15	794	Ganhos em imobilizações	31297,6	20077,94
695	Multas e penalidades	33,06	0,00	795	Benefícios de penalidades contratuais	19249,85	7723,52
697	Correções relativas a exercícios anteriores	78 749,49	20 141,84	796	Reduções de amort. E provisões	219853,79	
698	Outros custos e perdas extraordinários	9 900,00	29 365,08	797	Correções relativas a exercícios anteriores	2960,71	8008,04
	Resultados Extraordinários	-499 815,99	-350 756,20	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	1164924,49	2141149,51
	TOTAL	1 468 101,18	2 194 458,10			1 468 101,18	2 194 458,10



NOTAS SOBRE O PROCESSO ORÇAMENTAL E RESPECTIVA EXECUÇÃO

- 3.1.1. Modificações do Orçamento – Em anexo
- 3.1.2. Modificações do Orçamento – Receita – Em anexo
- 3.1.3. Modificações do Orçamento – Despesa – Em anexo
- 3.1.4. Modificações ao Plano Plurianual de Investimentos – Em anexo
- 3.2. Contratação Administrativa – Em anexo
- 3.3. Transferências
 - 3.3.1. Transferências Correntes – Despesa – Em anexo
 - 3.3.2. Transferências de Capital – Despesa – Em anexo
 - 3.3.3. Transferências Correntes – Receita – Em anexo
 - 3.3.4. Transferências de Capital – Receita – Em anexo
- 3.4. Mapa de Empréstimos – Em anexo
- 3.5. Outras Dívidas a Terceiros – Em anexo

X. Mapa de Bens do Município – Em anexo

Handwritten signatures and a blue circular stamp with the number 39.

XI. DECLARAÇÕES DO ARTIGO 15º DA LEI DOS COMPROMISSOS E PAGAMENTOS EM ATRASO

Em conformidade com o n.º3 do artigo 15.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (lei dos compromissos e pagamentos em atraso) apresentam-se em anexos as declarações referidas.

XII. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em conta a análise traçada das atividades, da execução orçamental e da situação patrimonial da Câmara Municipal referente ao ano de 2018, devidamente enquadrada pelas inúmeras limitações financeiras, económicas e técnicas com que se deparou ao longo do ano, bem como ao facto de todos os indicadores legais e obrigatórios terem sido cumpridos e os objetivos a que o Executivo se propôs terem sido globalmente conseguidos, julgo estarem reunidas as condições objetivas para que estes documentos sejam apreciados favoravelmente.

Paços do Município de Amarante, 15 de abril de 2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA


José Luís Gaspar Jorge

